

PMDB

13 JUL 1987

JORNAL DA TARDE

Freitas Nobre

Acordo entre duas hipocrisias

A convenção do PMDB nos dias 18 e 19 do corrente, em Brasília, esbarra, agora, no jogo de cabra-cega em que se transformou a decisão sobre o voto secreto.

Quando o presidente da Comissão Executiva Nacional propôs que as decisões convencionais fossem tomadas pelo voto secreto, as duas facções, que defendem períodos diferentes de mandato para o presidente Sarney, fizeram um balanço e julgaram que essa forma de decisão lhes beneficiaria.

Afirma-se que Ulysses se baseou em sugestão do líder Luiz Henrique.

Como o líder Luiz Henrique tem estado ultimamente mais ligado ao presidente Ulysses Guimarães e ao Planalto, a impressão dos moderados que integram a Comissão Executiva foi a de que os cálculos já haviam sido feitos com precisão pelo esquema do presidente Sarney e estivesse devidamente testado.

Mais vivo, experimentado e malicioso, o deputado Cardoso Alves, ausente da reunião, só pôde protestar quando retornou de viagem ao Exterior.

A Comissão decidira-se pelo voto secreto porque, pela tradição parlamentar na oposição, sentia-se atraída pela forma que julgou mais democrática, sem indagar das consequências. Realmente, dependendo das circunstâncias, o voto aberto ou o sigilo adaptam-se aos interesses do dia-a-dia.

A explicação que deram ao par-

lamentar paulista assemelha-se daquela que a filha deu aos pais sobre o capitão de navio que encontrara na praia convertido em rã até que uma linda jovem o levasse para casa e o aquecesse no leito, desfazendo o feitiço.

Os chamados progressistas da direção executiva nacional partidária rapidamente absorveram a proposta. Não haviam feito nenhum balanço de probabilidades, mas sabiam que vários parlamentares dispostos a votar no mandato de quatro anos e no parlamentarismo misto tinham dificuldade de explicitar sua posição. Não ignoravam que, embora fixado publicamente nos quatro anos, Ulysses Guimarães tem preferência pelo mandato de quatro, tanto que na pesquisa reservada do Correio Braziliense, por um ato falho ou pela indiscrição do jornal, que quebrou a praxe de não identificar os votos, o presidente do PMDB manifestou-se pela eleição em 1988.

Não lembraram os membros da Executiva, fiel ao mandato de cinco anos, que o Palácio do Planalto conhece melhor que a cúpula partidária a posição real dos constituintes e sua capacidade de influenciar os demais convencionais peemedebistas. Estes representam 885 votos com 724 votantes, tendo-se em conta os acumulados de alguns deles.

Alertado para a distração (?) da Executiva do PMDB, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Ana, passou a trabalhar no

sentido de alterar a deliberação a fim de que se estabelecesse o voto a descoberto. O próprio líder Luiz Henrique reconheceu o risco, especialmente se a Convenção decidir votar moções ou requerimentos concretos sobre os dois pontos polêmicos.

O dilema do voto aberto ou secreto deverá ser o empate preliminar da Convenção, se a Executiva Nacional não reconsiderar o que foi estabelecido em sua reunião.

Com os dados na mão e a lista dos nomeados ou indicados por convencionais, e não apenas constituintes, a liderança do governo pode conferir os votos e acionar a máquina das nomeações e das desnomeações. Se, no entanto, o voto for secreto, não restará ao governo senão aguardar a votação de plenário com a sustentação da tese de que o sistema de governo e o período de mandato presidencial não são pontos programáticos.

Tudo ocorreu dentro de um clima de suspeita, julgando cada grupo que o voto secreto auxiliasse os convencionais em dificuldade para votar e influir nos demais integrantes da Convenção.

A fiscalização popular e das bases partidárias exigindo o compromisso de Tancredo e Sarney pelos quatro anos, dificultaria o esperado voto para o quinquênio de mandato como quer o presidente. Mas, quem garante que não seria essa exatamente a oportunidade para esses

parlamentares votarem de acordo com as pretensões das bases?

A decisão da Comissão Executiva Nacional não passou de um acordo entre duas hipocrisias, devorando-se na esperança da traição do voto.

Não é esta a primeira vez que isto ocorre, e, por certo, não será a última.

As votações secretas previstas pelo Regimento Comum do Congresso e de suas duas Casas legislativas têm o objetivo democrático de não expor o senador ou deputado à revanche do Executivo, quando se manifesta, por exemplo, sobre o orçamento da República ou sobre um veto do chefe do governo.

A verdade é que a arma encontrada para valorizar a prática democrática algumas vezes se converte num instrumento antidemocrático, mas, paradoxalmente, às vezes, o voto aberto, como no presente caso, é a forma de permitir a pressão antidemocrática.

Havia um deputado que tinha a compulsão da traição e para garantir o seu voto era preciso induzi-lo a comprometer-se com o adversário.

O governador Newton Cardoso, que deverá estar almoçando na véspera da Convenção na residência do presidente do PMDB com a quase totalidade de seus colegas e dos 16 ministros peemedebistas, resumiu bem a figura desse tipo de eleitor, dizendo que o receio, nestes casos, é o da "tentação de trair".